ATA DA 168ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED-SP, realizada aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09 h, sito na Rua Antônio de Godoy, 122 – 9º andar- auditório. Reuniram-se os conselheiros titulares e suplente conforme lista de presença: Lúcia Decot Sdoia (Presidente- IPH), Marcelo Ribeiro (Vice-Presidente-CRATOD), Vanessa Lopes M.Afonso (CVS), Rosana C.Fraizinger (CRATOD), Dene G.Benjamim (PROERD), Fernanda Jobe Mostarda (FUSSP), Milena Carla Azzolini Pereira (PGE), Vera Lucia Bagnolesi (SJC), Ana Paula Forli (SEFAZ), Layla Sueiro Lopes da Silva (SDE), Adilson Araujo de Souza(SEH), Edison de Almeida e Jurema Reis Corrêa Panza (FDE), Marly Moura (F.Casa), Jorge Artur C. Floriani e Sebastiana da Silva Fontes (ABRAMD), Luis Fernando Farah de Tófoli (LEIPSI), Guilherme Peres Messas (S.CASA), Ronaldo Luiz Rissetto (FEAE), Bruno Logan (REDUC), Renata de Barros B. Naccache (FPA), Luiz Antonio da Silva (CEFATEF), Andreza do Nascimento Almeida (PBPD), Solange Aparecida M. da Silva (PS), Cecília Galicio Brandão (ACUCA), Fernanda Ribeiro A. Bezerra (SMDHC), Ana Leticia Absy e Lisiane C.Braecher (MPF), Vitor Ortiz Amando de Barros (DPESP), Elda de Oliveira (COREN), Silvia de Oliveira S.Cazenave (CRF), Laura Sahm Shdaior (CRP) e Gabriella Arima de Carvalho (OAB).

Justificaram: Roxane Alencar Coutinho (SES), Selma Moritz Fernandes (S.C.E.Criativa), Jane da Penha Caldeira(SDE), Maria Alice P. Araujo e Luiz Felipe Rigonatti (IMESC), Renato Filev e Solange Aparecida Nappo (CEBRID), Sumaia Inaty Smaira (UNESP – não publicado), Matheus C.David Marin (GREA), Sergio Nicastri e Ana Cecilia P. Marques (ABEAD), Thiago Marques Fidalgo e Dartiu Xavier da Silveira (PROAD), Lucas Roncati Guirado e Vinicius M.Cardim (FEBRACT), Fernanda de Medeiros C.Castro e Rodrigo Levin(DPF), Pedro José Rocha e Silva (MPESP), Kalçil Bueno Abdala (CREMESP), Juliana Vicente de Freitas (CRP), e Francilene Gomes Fernandes e Patricia Ferreira da Silva (CRESS).

Ausentes sem justificativa: Carla Cristina do Nascimento (SES), Thiago Padoves Magno(DENARC), Joás Garcia Moreno Sanches e Eliana Borges G. da Silva (COED), Alessandra Santos Conversani e Eliane de Souza (SAP), Mariana Costa Chazanas e Emerson Luiz da Silva Nascimento (SE), José Gilberto Prates (GREA),Maria Paula Russo Riva e Laura de Souza Cury (ACT), Ana Lucia Menezes Vieira (MPESP)e Ricardo Abrantes do Amaral (CREMESP), Jaelson Nunes Magalhães e Maria Deuzivania Rodrigues Vaz (SEE).

Ouvintes: Felipe Yamaki (PROAD) , Camila Norwig Galvão, Thais Gonçalves Santos, Clarice Shiozawa e Isabela Marques (SMDHC), Jailson Ribeiro (PROERD), Guilherme Kortar (GREA), Rquel Carvalho (CRATOD), Flávio Falcone (PROAD) e Hylve Benevides (ACUCA).

CONVOCAÇÃO

São Paulo, 18 de agosto de 2022.

Em nome da Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) venho **CONVOCAR todos** os **Conselheiros (titulares e suplentes)**, a participar da **168ª Reunião Ordinária** a realizar-se no **dia 25 de agosto de 2022, das 9h às 12h**, na Rua Antônio de Godoy, 122 – 9 andar -Santa Ifigênia.

Senhor Conselheiro, participando da reunião você está autorizando a gravação da reunião.

PAUTA

- **Aprovação da Ata da 167ª Reunião Ordinária (5')**
- **Informes: (20')**

a) COMUDA -Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool de São Paulo;
b) GT Cracolândia (Assembleia Legislativa);
c) Respostas de documentos

- **Nova Gestão CONED 2022/2024 (20')**

- **Comissão Editorial – aberta uma vaga de suplente governamental (10')**

- **Comissões Temporárias - CTs (10')**

a) CT Adolescentes
b) CT Mulheres
c) CT COMADS
e) CT Faces da Violência
d) CT Políticas sobre Drogas
e) CT Revisão Manual das Comunidades Terapêuticas;

6. **Escuta de entidades que atuam nas cenas abertas de uso da região da Luz**
Flavio Falcone (psiquiatra) – Craco Resiste – Centro de Convivência É de Lei.

Vera Lucia Bagnolesi
Secretária Executiva

Atenção: Conforme o Decreto do CONED nº 64.640 de 04/12/19 e o Regimento Interno

Artigo 38 (RI) - O membro do colegiado ausente por 2 (duas) vezes, de forma injustificada, ou por 4 (quatro) vezes, ainda que
justificadamente, no período de 12 (doze) meses de mandato, terá a sua substituição solicitada ao órgão ou entidade que represente.
§ 1º - Na ausência do titular e com presença do suplente, não há exigência de justificativa.
§ 2º - Na ausência do titular e do suplente a justificativa deverá ser apresentada em nome da instituição, por escrito, em até 2 (dois) dias uteis após a reunião a que se referir.
§ 3º - O disposto no caput deste artigo não se aplica:
1. à ausência a reunião extraordinária, quando justificada;
2. à ausência ocasionada por situação excepcional reconhecida pelo Plenário do Conselho.
§ 4º - Todas as ausências serão consignadas em ata.

A **Presidente** inicia a reunião pela aprovação da Ata da 167ª Reunião Ordinária. Diz que foi enviada por e-mail para todos os membros para observações. **Verinha** pede a palavra e explica que a última ata foi enviada a todos e só houve considerações da Lisiane e que estas foram ajustadas. **Lúcia** pergunta se pode ser aprovada ou alguém tem alguma consideração a fazer. **Aprovada** (considerando o quórum) **por unanimidade e na integralidade. Lúcia** fala sobre os informes e passa a palavra para **Cecilia** que diz que estão realizando visitas aos SIATS , terão uma reunião com Alexis Vargas responsável pelo Programa Redenção. Fala que fizeram reunião com Isabela que é a nova coordenadora de Políticas de Drogas do Município de São Paulo. Cita os grupos de trabalho. **Jorge** fala que é representante do COMUDA na Comissão municipal de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes. Diz que não houve a reunião do mês por não haver assunto a ser tratado e logo depois no domingo sai a matéria com aumento da violência sexual em crianças de 37% durante a pandemia. **Lúcia** fala que é triste a notícia. Diz que em Campinas viram uma manchete que dizia que a violência contra crianças e adolescentes diminui e foi em um lugar onde sabemos visivelmente que aumentou. **Jorge** diz que é impossível diminuir sem nada ter sido feito. **Cecilia** pede a palavra e informa que dando seguimento ao evento Fortalece Comads, diz que já foi procurada por Boituva, Rio Claro e Ipaussu e que está marcando para atendê-los. **Lúcia** diz que foi um evento que teve repercussão. **Cecilia** diz que já auxiliou na formatação da lei e que logo devem estar publicando a implantação de seus

COMADS. **Lúcia** fala sobre o evento e diz que não foi um evento temático sobre drogas e sim sobre a formação dos COMADs em seu funcionamento. Cita que já fizemos evento com os COMADS com o tema Drogas e este foi para estruturação dos conselhos. **Cecilia** propõe o mapeamento do funcionamento dos conselhos. **Lúcia** diz que a Verinha tem. **Verinha** diz que mantem sempre contato com os municípios para atualizar as informações. Diz que temos 200 conselhos formados e resposta dos que estão ativos é cerca de uns 80 e existem vários em formação. **Andreza** pergunta se existe um grupo dos conselhos. **Verinha** diz que tem um grupo de whats. **Lúcia** passa para o GT Cracolândia da Assembleia Legislativa. **Marcelo** fala que ele e Cecilia tem participado e que houve a 4ª reunião do GT e que a próxima será em setembro. **Marcelo** fala que ela tem encaminhado para ouvir os moradores. Diz que eles têm se organizado. Apanhamos muito como poder público. **Cecilia** diz que eles falam que eles defendem direito dos manos e não humanos. **Marcelo** diz que tem momentos que eles dizem que querem que os dependentes sejam atendidos em outras eles não aguentam mais. **Cecilia** fala que tem momentos de manifestações de violência que não dá para ignorar. É como uma bomba relógio. **Marcelo** diz que a Cracolândia se fragmentou. **Cecilia** diz que as reuniões do CT Cracolândia precisam mudar de formato. **Lúcia** pede para **Isabela** se apresentar. Ela diz que está Coordenadora da Política Municipal sobre Drogas. **Lúcia** passa para os documentos que foram elaborados (respostas) no período. Fala sobre o de desagravo ao Ministro da Saúde. Diz que este já foi enviado. Sobre o Famílias Fortes (aprovado por e-mail com 28 entidades a favor e nenhuma contra) que também já foi enviado a resposta. Passa para o documento dos moradores da região da Luz o qual foi respondido pelo CT Políticas sobre Drogas (as solicitações não eram da alçada do CONED – no ofício consta que o Conselho reconhece os problemas mencionados, porém as solicitações não eram da alçada do CONED – foi sugerido que seja criado um comitê Inter secretarial incluindo o município de São Paulo). Passa para o Documento de Dourados, Mato Grosso, vindo do Ministério Público que solicitavam uma relação das Comunidades Terapêuticas cadastradas no Estado de São Paulo. A resposta foi de que o Conselho não possui cadastro de Cts e que isso não está em suas competências. **Cecilia** pergunta se não deveríamos ter um mapeamento (mapear Cts). **Lúcia** diz que não nos cabe. **Cecilia** cita sobre comunidades terapêuticas que eram administradas pelo PCC e as pessoas sofreram tortura. **Lucia** diz que diante dessas notícias e que estamos tentando criar um canal de denuncias e pensar o fluxo. Na próxima reunião vamos fazer uma discussão sobre isso. A quem cabe o fluxo da denúncia? **Lúcia** cita que na próxima reunião deverão obrigatoriamente estarem presentes: CVS, Direitos Humanos, Segurança, COED, MPESP, MPF, FEBRACT, Saúde. **Verinha** diz que os órgãos de classe são importantes. **Lúcia** fala que pensamos quem deve estar presente quando existe uma denúncia. **Lúcia** diz que estamos falando não só de comunidade terapêutica, mas também de clínicas, também de estabelecimentos . Fala que precisamos trazer todas as realidades. **Lúcia** pergunta quem não poderá faltar para a discussão. Pergunta a quem compete um alvará? Fiscalização de estabelecimentos existentes? **Gabriella** diz que é preciso entender os papeis em cada situação. **Bruno** relata um caso de denúncia e que nada aconteceu. **Marcelo** diz que estas instituições nascem anonimamente. **Silvia** fala que em Campinas houve uma denúncia e que a Coordenadoria de drogas de Campinas foi solicitada a acompanhar o Ministério Público, a vigilância e a assistência social. Fala que a consequência também merece uma consideração. Você abrir a porta da instituição e não ter onde colocar as pessoas, não pode acontecer. Diz que é preciso pensar que tem que ter o fluxo de denúncia, de fiscalização e de atendimento. **Lisiane** fala que as pessoas internadas não têm comunicação externa. Seria preciso fiscalização

permanente. **Lúcia** fala que nem todos os estabelecimentos que têm denúncias são Comunidades Terapêuticas. **Tofoli** fala que existe um vácuo regulatório e um vácuo de fiscalização. **Lúcia** diz que esse é o ponto que vamos discutir. Por conta disso qualquer um se auto denomina CT. **Lisiane** fala que não existe interesse das Cts em mudar o processo. **Lucia** diz que por parte da FEBRACT existe e das outras ela não sabe dizer. **Lúcia** cita que temos um manual de orientação do conselho para as CTs. Pergunta se não é o papel do conselho dizer quem deve fiscalizar? **Todos concordam** que é papel do conselho. **Andreza** fala que trabalhou no FUNCAD (fundo da criança e adolescentes) e a liberação do fundo para entidades dependia da autorização do Conselho da Criança e Adolescente. **Marcelo** fala que na gestão passada houve uma discussão e a vigilância sanitária não se sente instrumentalizada para discutir metodologia e modelo de cuidado. Ela vê a estrutura (alimentação, higiene). **Marcelo** diz que tem feito perícias judiciais de famílias que levam seus filhos em locais onde ex usuários montaram um negócio. **Gabriella** diz que realmente vira um negócio. **Marcelo** diz que um negócio qualquer e não um sério. Da como exemplo hospitais que ganham dinheiro (negócio), consultórios ganham dinheiro, mas desde que seja um modelo. O modelo CT é regulamentado no mundo e serve para algumas pessoas. Faz parte de um leque de atendimentos. É preciso separar. Precisamos nos posicionar e mais que isso, oferecer canais para a sociedade se comunicar. **Vanessa** diz que a CVS fornece o licenciamento sanitário para as Cts. Cita que a CVS tem dois CNAES o de interesse a saúde que segue a RDC 29. As que recebem verba pública são fiscalizadas. Diz que a maior dificuldade está nas Comunidades privadas. Cita que se vão atender a uma denúncia é preciso ir a polícia e a assistência social. Diz que é extremamente importante discutir o canal de denúncia. Cita que o CNPJ é dado para as comunidades terapêuticas do nada. Eles saem de uma esquina e abrem outra com outro CNPJ ao lado. **Gabriella** diz que essa discussão pode até virar uma política. Poderá nortear outros estados. **Marcelo** fala que no manual consta Cts modificadas com profissionais da saúde juntos, fomos massacrados pelas outras federações. **Lisiane** diz que a RDC é genérica. Diz que as Cts são um negócio para ganhar dinheiro. Fala que é importante que o Ministério Público estadual deva estar presente. **Lucia** diz que seria importante que alguém de Cts deveriam vir falar o que é realmente uma CT. **Gabriella** fala que é preciso trazer usuários. **Lúcia** qual usuário? **Gabriella** fala que de todas as realidades. **Marcelo** diz que pode ter CTs que não violam direitos. O problema é oferecer o serviço. **Lucia** diz que tem inúmeras histórias de violação e o que precisamos é como fazemos. **Lúcia** fala que precisamos ter essencialmente na próxima reunião: MPESP, MPF, CVS, Saúde, Social, Segurança, FEBRACT, usuário, COED e SJC(DH). **Lúcia** passa para questão da nova gestão do CONED e que será preciso votar. Fala que teremos eleições em outubro e a área estadual mudará no próximo ano. O que faremos. Prosseguimos como estamos e realizamos a eleição ou pedimos prorrogação do mandato para o próximo ano? **Verinha** explica que o CONED trocava sua gestão em março/abril. Houve períodos que se estendeu mandatos, acabou sendo no fim do ano. Se houver indicações a possibilidade de que sejam trocadas é muito grande e o conselho ficará parado. **Marcelo** cita que a presidência será governamental. **Verinha** diz que iremos pedir autorização para o Secretário. **Guilherme** pergunta o que diz nosso Decreto/Regimento referente ao assunto. **Verinha** diz que nada a respeito. **Verinha** diz que no Regimento Interno se não houver eleição a executiva fica até assumir a próxima gestão. **Guilherme** diz que se tem processo, este tem que valer. Diz que vota pela legalidade. **Lucia** diz que quer declarar que não tem interesse nenhum em permanecer mais três meses. **Cecilia** diz que se fizermos a eleição agora ficará perdido. **Lisiane** diz que o Regimento não tem data escrita. **Lúcia** diz que não tem data prevista para a nova eleição e sim período.

Estrategicamente estamos pensando na operação do Conselho para ficar operante. **Verinha** fala que existem entidades solicitando a troca de membros e que ela respondeu que dependeria da votação de hoje se iria ou não haver prorrogação de mandato. Diz que se houver prorrogação, poderão ser enviado os nomes para troca. Em caso contrário não haverá mais tempo para realizar a troca. **Lúcia** diz que prorrogamos por três meses e em fevereiro pedimos as indicações de membros. **Lúcia** diz que temos duas questões: 1) Pergunta **quem é contra a prorrogação do mandato para o primeiro trimestre de 2023? APROVADO pela maioria que seja solicitado prorrogação do mandato da gestão 2020/2022 do CONED**. Um voto contra de Guilherme Messas que pede para a Comissão Editorial e de Ética que regulamente o período e data no quesito nova gestão do Conselho. **Luís** diz que será visto pelas comissões. **Verinha** fala que o pedido será encaminhado para o Sr. Secretário/jurídico. Com a aprovação dele, entra a outra questão - podemos realizar troca de membros? **Todos concordam**. **Lúcia** fala sobre a vaga da Comissão editorial (suplente governamental) que está em aberto. Ninguém se coloca. **Lúcia** passa para as comissões temporárias-CT.

Adolescentes – preparando a nota técnica que deverá ser apresentada em setembro/outubro para aprovação da plenária;

Mulheres – preparando nota técnica que deverá ser apresentada em outubro;

COMADS – atendendo a demanda da formação de julho;

Faces da Violência – apresentação de hoje cabe a comissão;

Política sobre Drogas – Respostas dos documentos**;**

Revisão do Manual das Cts – será realizada em breve a primeira reunião.

Lúcia fala que em continuidade ao workshop das cenas abertas de uso da região da Luz (faz parte da CT Faces da Violência) teremos a escuta do Flavio Falcone e da Laura do Centro de Convivência É de Lei. Após teremos que finalizar o documento iniciado no workshop. Foi dada pausa para um café. Após **Lúcia** diz que dando continuidade ao workshop da reunião anterior passa palavra para **Flavio Falcone**. Ele é psiquiatra, palhaço, trabalha na cracolândia desde 2012. Diz que desde 2016 atua na região por um programa independente na linha de redução de danos. Faz mestrado pelo PROAD da UNIFESP. Chama a atenção para a quantidade de pessoas brancas que estão decidindo a vida das pessoas pretas (na sala). Fala sobre as operações na cracolândia, das ocupações e exclusão social que as pessoas sofrem. Diz que o poder público reprime pretos e pobres. Cita o que é preciso para sair da cracolândia : habitação, tratamento e trabalho. Após a fala do Flávio, a palavra passa para **Laura** do Centro de Convivência É de Lei. Fala que é do CONED pelo CRP mas na fala de hoje É de Lei. Diz que o primeiro ponto que é sempre importante relembrar. Quando falamos de cracolândia falamos de um problema de miséria. Precisamos desmistificar a cracolândia como só sendo cena de uso de drogas como principal ator. O segundo ponto é pensar que grande parte dos danos que a população da cracolândia sofre com a política proibicionista de drogas que temos no Brasil é maior do que o das drogas pode causar. Diz que nunca ouviu dizer que algum usuário morreu pela falta ou uso excessivo do crack, mas sim, por briga, dívida e outros. Essas pessoas estão em conflito todo o tempo. São vítimas do proibicionismo. Cita que as abordagens policiais já foram usadas em todos os governos e elas não são efetivas. Se gasta muito dinheiro com as ações. Diz que os moradores estão reclamando tanto porque estão sendo provocados para que a opinião pública se revolte. É uma estratégia para que as operações de força policial ou outras sejam aplicadas. Ela tem nome, Operação Sufoco. Diz que o território carece de memória. Fala que o grande interesse do local é imobiliário. Propõe duas grandes propostas 1) baixa exigência (não condicionar uma coisa na outra) , 2) intersetorialidade.

Propostas de moradia (housing first) (ganhar moradia sem ter que se tratar), e depois as salas de consumo assistido. Diz que existem brechas na lei de que daria para implantar a nível de governo e município as salas de uso. As salas oferecem um ambiente seguro (higiene), aprimora a saúde dos grupos alvos, permite acesso a equipamentos de saúde e de assistência (equipes no local). Elas reduziriam a perturbação da ordem pública. Coloca um texto do Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes (Defensor Público). Segue link do Caderno.
https://drive.google.com/file/d/1LnEn-EPZj0cvohdLaQMH-QbDdS4wLA0n/view?usp=sharing
Após a fala da Laura, **Lúcia** abriu para perguntas e considerações. Nada mais havendo a Presidente encerra a reunião agradecendo a participação de todos. Na qualidade de secretária, lavrei, redigi e relatei o teor da presente ata, que segue por mim assinada e pela Presidente.

São Paulo, 25 de agosto de 2022.

Lúcia Decot Sdoia
Presidente

Vera Lucia Bagnolesi
Secretária Executiva